

Recebido: 13/05/2023

Publicado: 05/10/2023

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE BRASILEIRA SOBRE AS INFECÇÕES RELACIONADAS AO SEXO FRENTE À MULHER LÉSBICA: ENSAIO TEÓRICO

Cesario Rui Callou Filhoⁱ  0000-0002-0390-2830

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza-UNIFOR

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Alexandre Alves Gomes Juniorⁱⁱ  0009-0001-8230-9452

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Beatriz Viana Girãoⁱⁱⁱ  0009-0005-9806-9501

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Benedito Gomes Felix Junior^{iv}  0009-0000-9910-8721

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Edina Silva Costa^v  0000-0002-9380-8767

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Alexandre Pinheiro Braga^{vi}  0000-0001-7023-381X

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

José Evaldo Gonçalves Lopes Júnior^{vii}  0000-0003-1644-8187

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Cristiane Gomes de Souza Campos^{viii}  0000-0002-7469-1604

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Juliana Pinto Montenegro^{ix}  0009-0000-6818-4203

Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU

Tatiana de Queiroz Oliveira^x  0000-0001-7395-4567

Faculdade Terra Nordeste – FATENE

RESUMO: Objetivo: Este estudo tem como objetivo descrever as ações de promoção à saúde frente às Infecções Sexualmente Transmissíveis-ISTs dentro do contexto dos cadernos de atenção à saúde da mulher. **Método:** Trata-se de um estudo do tipo documental de segunda ordem com a proposta de melhorar o atendimento a pacientes lésbicas, desenvolvido no período de fevereiro a junho de 2022, por meio da análise dos documentos oficiais do Ministério da Saúde acerca da Política Nacional de Atenção Integral à

Saúde da Mulher (PNAISM) e Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT). **Resultado:** Foram lidas oito diretrizes dos cadernos, sendo três da PNAISM e cinco da PNSILGBT. **Conclusão:** O estudo vem nos alertar sobre a necessidade de oferecer à sociedade, profissionais e principalmente as MSM, informações sobre os riscos, prevenção e a busca por cuidados continuados na atenção básica voltadas para a saúde da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Lésbicas. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Mulher.

BRAZILIAN PUBLIC HEALTH POLICIES ON SEX-RELATED INFECTIONS FOR LESBIAN WOMEN: THEORETICAL ESSAY

ABSTRACT: Objective: To describe health promotion actions in the face of STIs within the context of women's health care notebooks. **Method:** This is a second-order documentary study with the proposal to improve care for lesbian patients, developed from February to June 2022, through the analysis of official documents of the Ministry of Health on the National Policy for Integral Care for Women's Health (PNAISM) and the National Policy of Integral Lesbian

Health, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals (PNSILGBT). **Result:** At the end of the study, it can be identified that eight guidelines of the notebooks were read, and for PNAISM three were read and for PNSILGBT five were read. **Conclusion:** The study warns us about the need to offer society, professionals and especially MSM, information about risks, prevention and the search for continued care in primary care focused on women's heal

KEYWORDS: Lesbians. Sexually Transmitted Infections. Woman.

1 Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos são consideradas ainda como um problema de Saúde Pública, em decorrência de sua magnitude e dificuldade quanto a acessibilidade ao tratamento (PINTO *et al.*, 2018).

Por representar um problema global de saúde, o relatório Global 2022 do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) descreve que toda semana, cerca de 4.900 mulheres jovens de 15 a 24 anos são infectadas por HIV (UNAIDS, 2023), contudo os autores deste estudo salientam que não há informação acerca da Mulher que pratica Sexo com outra Mulher (MSM).

Questões de ordem social e cultural são determinantes diante disso, entendendo-se que o preconceito, a falta de informação e desinteresse sanitário, paralelo ao machismo estrutural da sociedade podem explicar as subnotificações de saúde, e conseqüentemente dados epidemiológicos inconsistentes e políticas públicas que não contemplem as MSM (FONTES, 2021).

A prática sexual das MSM abrange reflexões mais amplas que estão para além da desinformação, do autocuidado e da assistência social. Outros aspectos devem ser discutidos e relevados nesse contexto como a submissão e a objetificação do feminino presente em nossa sociedade falocêntrica e patriarcal (LIMA, 2020). Uma atividade sexual que não tenha a presença masculina não reduz as IST, não deixa as MSM em condição de proteção. Por isso, é necessário que haja amplo debate a fim de fortalecer o entendimento dos fatores que influenciam a invisibilidade dessa comunidade e a negligência dos serviços sanitários (SILVA, 2021).

Nesse sentido, faz-se necessário, então, além das discussões e das práticas sociais e políticas, incentivar a capacitação dos profissionais sanitários para promoção no acesso à Saúde das MSM, trabalhando, por exemplo, com a cartilha fruto da oficina de Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de 2014 que teve a finalidade de dar destaque à promoção de direitos e à integridade dessa população feminina em cenário de suscetibilidade. Ao tornar abrangente tais ponderações, pode-se efetivar conseqüentemente o combate das IST nessa comunidade (ALVES; MOREIRA; PRADO, 2020).

É fundamental enfatizar que as lésbicas e mulheres bissexuais são acometidas por um apagamento não apenas na saúde, mas em outros campos sociais (educacional-econômico e midiático). A hegemonia heteronormatividade judaico-cristã que rege o ocidente é o principal fator desencadeador desse processo (DAL SANTO; ZAMBENEDETTI, 2021). É por toda essa construção histórica de invisibilidade da mulher que se impede a realização de atos valorização e respeito aos seres femininos como sua saúde e o combate as ISTs (SILVA, 2022).

Logo, este trabalho objetivou descrever as ações de promoção à saúde frente às ISTs dentro do contexto dos cadernos de atenção à saúde da mulher.

2 Método

Trata-se de um estudo do tipo documental de segunda ordem, desenvolvido no período de fevereiro a junho de 2022, por meio da análise dos documentos oficiais do Ministério da Saúde acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) (BRASIL, 2004; BRASIL, 2013).

Compondo a amostra deste estudo, têm-se os cadernos de saúde da PNAISM e PNSILGBT como principal objeto de estudo. E, como critérios de elegibilidade para análise destes documentos, determinou-se que os cadernos para leitura deveriam ser oriundos do site do Ministério da Saúde (MS) e/ou publicados em sites oficiais de conteúdo científico, independente do ano em que abordasse a temática da MSM.

A busca pelas informações ocorreu da seguinte forma: inicialmente os pesquisadores dividiram-se por pares e deram início à busca dos cadernos através do Google Acadêmico, e em seguida nos seguintes sites: *Scientific Electronic Library (Scielo)*, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Biblioteca Regional de Medicina (Bireme), *National Library of Medicine and National Institute of Health (PubMed)* bem como no portal do Ministério da Saúde (MS).

Foi determinado um período de trinta dias para a seleção dos cadernos e, após este período, cada pesquisador apresentou os achados das buscas e as informações foram consolidadas, e quando ocorria divergência um pesquisador líder do grupo era acionado e a decisão viria deste acerca da inclusão ou não do material selecionado.

A interpretação e descrição das informações lidas nos textos selecionados, foram escritas nos quadros dos resultados, buscando nesta etapa a fidedignidade do texto original, bem buscou-se manter na escrita deste artigo os preceitos das boas práticas em pesquisa.

3 Resultados

Ao final do estudo foram lidas oito diretrizes dos cadernos, sendo três referentes à PNAISM e cinco referentes à PNSILGBT. Com isso, identificamos que no Brasil, ainda existem poucos estudos e publicações sobre o tema são escassos.

Quadro 1 – Descrição das informações dos cadernos da PNAISM e PNSILGBT

DOCUMENTO	ANO DA PUBLICAÇÃO	TEMA ABORDA A IST EM MULHER LÉSBICA?	SITE DE LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO
PROTOCOLO DA ATENÇÃO BÁSICA	2016	Sim	BVS
POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER	2004	Não	Conselho de Saúde
SAÚDE SEXUAL E SAÚDE REPRODUTIVA	2010	Não	Google acadêmico
CARTILHA DE LGBTI+	Sem data	Sim	SJC – SP
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2013	Sim	BVS
CARTILHA DE SAÚDE LGBTI+	2021	Sim	UNAIDS
ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE DE MULHER LÉSBICA E BISSEXUAL	2014	Sim	BVSMS
MULHER LESBICA E BISSEXUAIS	2013	Não	BVM

Fonte: Elaborado pelos autores (2023); Brasil (2016).

4 Discussão

A análise de política de saúde é um campo de pesquisa relativamente consolidado no exterior (SERAFIM; DIAS, 2012), mas ainda em formação no Brasil. Há de fato uma profusão de enfoques, teorias e modelos, cujo poder preditivo e heurístico vem sendo alvo de debate (LABRA, 2015).

Conforme apontado por Labra (1999) em uma das primeiras sínteses conduzidas no Brasil, os enfoques teóricos, conceituais e metodológicos disponíveis são diversos. Há que se refletir ainda sobre o fato de que não se dispõe de modelos acabados ou consensuais para o estudo das políticas de saúde, sendo necessário agregar novas variáveis e fatores que deem conta da dinâmica (ESPERIDIÃO, 2018).

Portanto, é importante ressaltar que informações advindas dos instrumentos oriundos do MS (cadernos de saúde das políticas públicas), tornam-se peça primordial de apoio para atuação da equipe, comunidade e público-alvo, colaborando diretamente para facilitar a compreensão, abordagem e diálogo entre eles, melhorando a forma de cuidado embasado nos estudos realizados e apresentados pelos autores nos cadernos (PINHEIRO; GUBERT, 2017).

Em 2013 o Ministério da Saúde publicou a cartilha “Mulheres Lésbicas e Bissexuais: direitos, saúde e participação Social”. Essa publicação veio ajudar a esclarecer profissionais da saúde a respeito dessa população, já que as formações profissionais são pautadas na heteronormatividade, observando-se a disposição das disciplinas de estudo divididas em três: puberdade, gestação, sexualidade (BRASIL, 2014).

As ISTs estão entre os problemas de saúde pública mais comum no mundo, apesar de todo o avanço científico, preventivo e curativo acometem milhares de pessoas todos os dias. As ISTs são capazes de tornar o organismo humano mais vulnerável a outras doenças e apresentam complicações mais graves como infertilidade, abortamento e até a morte (MOURA, 2021).

O perfil epidemiológico das ISTs vem se modificando com o passar dos anos, contribuindo para um aumento expressivo do número de casos entre mulheres, que em virtude do preconceito, dos processos vinculados à dinâmica de gênero e implicações morais expõem o público feminino às ISTs e, concomitantemente, acentua a vulnerabilidade das mulheres (MOURA, 2020).

O índice de mulheres contaminadas pelas ISTs, AIDS tem crescido ano após ano (CRUZ; BARRETO, 2022), diante desse índice é importante o fomento em pesquisa e divulgação de ações preventivas voltadas também para saúde da mulher lésbica (SILVA; GOMES, 2021).

A ausência de uma discussão mais aprofundada sobre a saúde sexual e reprodutiva da mulher lésbica nas universidades e nos serviços de saúde pode ser identificada como reflexo de sistemas e fenômenos institucionais que estruturam uma sociedade, que valoriza o patriarcado e a heterossexualidade (DAL SANTO; ZAMBENEDETTI, 2021).

O modelo heterossexual é visto como uma imposição naturalizada por discursos religiosos e sociais que muitas vezes nega a existência de mulheres lésbicas que buscam e precisam dos serviços e assistência à saúde (MESQUITA; PERUCCHI, 2016).

O tema da sexualidade lésbica não é uma discussão nova e traz consigo marcas de pequenos avanços e de conquista adquiridas ao longo dos anos. Porém, algumas barreiras ainda são encontradas, como: preconceito, intolerância e pessoas leigas que desconhecem possíveis doenças que podem ser adquiridas nas relações sexuais entre mulheres (SILVA; AYRES, 2009).

Com isso, o caderno de atenção integrada a saúde de mulheres lésbicas traz à luz as lutas da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais e Pansexuais (LGBTQIAP+), como a necessidade de reconhecimento pela sociedade como cidadãos e cidadãs. O referido caderno não aborda diretamente os problemas de saúde relacionados às infecções sexualmente transmissíveis, mas de forma ampla apresenta as lutas e direitos conseguidos por esta comunidade (SILVA; AYRES, 2009).

A comunidade LGBTQIAP+ busca no meio social, igualdade de direitos, principalmente no que se refere à saúde. Alguns estudos comprovam a necessidade de uma atenção especial por parte das autoridades para este público, dando-lhes a oportunidade de sentirem-se acolhidos em todas ou quaisquer repartições. Preconceito, discriminação e estigma fazem parte dos inúmeros desafios enfrentados cotidianamente por eles, sendo evidente os motivos de muitos debates e questionamentos por estudos (GUIMARÃES; LORENZO; MENDONÇA, 2021; SANTANA *et al.*, 2020).

É relevante que os profissionais de saúde perguntem e tirem dúvidas sobre a vida sexual de suas pacientes, no intuito de diminuir os tabus e desfazer mitos ainda existentes. A educação em saúde é o ponto chave nessa questão, buscando orientações direcionadas a essas mulheres, reduzindo assim riscos e ajudando a reconhecer algumas patologias.

Os profissionais de saúde devem reduzir as lacunas no atendimento de mulheres com vivências não-heteronormativas, prestando serviços qualificados e inclusivos. O profissional deve buscar conhecer a trajetória sexual das mulheres que estão em atendimento, e considera diversidade de suas práticas sexuais (DAL SANTO; ZAMBENEDETTI, 2021).

Para uma assistência de qualidade o profissional e o usuário necessitam de uma relação de confiabilidade, tendo entre eles a liberdade de expressar seus sentimentos, dores e queixas, sendo ainda mais fácil chegar a um possível diagnóstico. Oferecer um serviço de qualidade, não

é apenas curar sintomas de dor, mas também ouvir, se importar e conversar (SCHIMITH *et al.*, 2011).

5 Conclusão

Em face do desconhecimento acerca das particularidades da saúde da mulher lésbica, nosso estudo mostra a necessidade da divulgação de estudos tanto para os profissionais de saúde quanto para as MSM.

Pode-se notar a falta de estudos que abordam o universo complexo assistencial da saúde destas mulheres. São necessárias mais pesquisas que promovam a redução das dificuldades devido a discriminação nos serviços públicos, pela relação médico- paciente e falta de profissionalismo ao lidar com as particularidades dessa população.

Ações do ministério da saúde e de todas as organizações de saúde do país em parceria com as secretarias de educação dos municípios e estados podem ser peças fundamentais para diminuir a desinformação e a circulação de IST em MSM. Com isso, estaremos mais próximos do público para sanar dúvidas e realizar orientações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabela Guimarães; MOREIRA, Lisandra Espíndula; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Saúde de mulheres lésbicas e bissexuais: política, movimento e heteronormatividade. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 12, n. 3, p. 145-161, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:

https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.

Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/mulheres_lesbicas_bisexuais_direitos_saude.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas Coordenação Geral da Diversidade. **Atenção Integrada à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/livreto-atencao-a-saude-de-mulheres-lesbicas-versao-web.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

CRUZ, A. D. da; ADSUARA, C. H. C.; BARRETO, R. M. Negociações de sentidos no contexto da subalternidade: interseccionalidade na vida da mulher negra lésbica e seus pontos nodais para a Psicologia Social. **Revista Da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 14(Ed. Especial), 68–88, 2022. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1418> Acesso em: 10 out. 2022.

DAL SANTO, Amanda; ZAMBENEDETTI, Gustavo. Prevenção às ISTs/HIV entre mulheres lésbicas e bissexuais: uma revisão bibliográfica (2013–2017). **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 1, p. 111–126, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i1.14846>

ESPERIDIÃO, Monique Azevedo. Análise política em saúde: síntese das abordagens teórico-metodológicas. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 2, p. 341–360, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S224>

FONTES, Gabriela de Queiroz; et al. Comportamento sexual e infecções sexualmente transmissíveis em mulheres que fazem sexo com mulheres no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 2739–2752, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n1-219>

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos; LORENZO, Claudio Fortes Garcia; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Sexualidade e estigma na saúde: uma análise da patologização da diversidade sexual nos discursos de profissionais da rede básica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. e310128, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310128>

LABRA, Eliana Maria. Vaitsman J, Ribeiro JM, Lobato L. Policy analysis in Brazil. Bristol: University of Bristol; 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1305–1306, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015204.00072014>

LABRA, Eliana Maria. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 131–166, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000200008>

LIMA, Michael Augusto Souza de; SALDANHA, Ana Alayde Werba. (In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília/DF, v. 40, p. e202845, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003202845>

MELO, Gabriela; SIMÕES, Nathan Chagas; BARBABELA, Pedro. (Org.). **Cartilha de Saúde LGBTI+**. Brasília: UNAIDS, 2021.

MESQUITA, Daniele Trindade, PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 28, n. 1, p. 105–114, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p105>

MOURA, Samy Loraynn Oliveira; *et al.* Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Escola Anna Nery**, rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. e20190325, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0325>

PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa; GUBERT, Fabiane do Amaral. (Org.). **Promoção da saúde e prevenção das DST/HIV/Aids na adolescência**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2017.

PINTO, Valdir Monteiro; *et al.* Fatores associados às infecções sexualmente transmissíveis: inquérito populacional no município de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2423–2432, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.20602016>

SANTANA, Alef Diogo da; *et al.* Dificuldades no Acesso aos Serviços de Saúde por Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. **Revista de Enfermagem UFPE On-line**, Recife, v. 14, p. e243211, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243211>

SCHIMITH, Maria Denise; *et al.* Relações entre profissionais de saúde e usuários durante as práticas em saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 479–503, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000300008>

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão da literatura. **Caderno de Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.

SILVA, Adriane das Neves. **Políticas públicas de saúde voltada às lésbicas: analisando o contexto de produção dos textos e das práticas de cuidados**. 2021.138f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Neide Emy Kurokawa, AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Estratégias para comunicação de diagnóstico de HIV a parceiros sexuais e práticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 8, p. 1797–1806, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000800016>.

SILVA, Naiara Regner da; *et al.* Entre direito à saúde e invisibilidade: mulheres lésbicas e bissexuais. **Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem**, [S. l.], v. 12, n. 37, p. 346–354, 2022. DOI: 10.24276/rrecien2022.12.37.346-354

SILVA, Adriane das Neves; GOMES, Romeu. Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 26, n. 3, p. 5351-5360, 2021.

UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. **Estatísticas**. Disponível em: <https://unaid.org.br/estatisticas/> Acesso em: 26 mar. 2023.

ⁱ Graduado em Fisioterapia pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR (2008), Doutor em Saúde Coletiva- Bolsista FUNCAP (2019-2021) pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza -UNIFOR (2014), Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva pela Faculdade FAVENI (2021), Especialista em Fisioterapia Cardiorespiratória (2017) pela Faculdade UNYLEYA- RJ, Anatomia Funcional (2017) pela Faculdade UNYLEYA- RJ e Saúde Pública (2010) pela Universidade Estadual do Ceará- UECE. Email: ruifisio@gmail.com

ⁱⁱ Graduação em andamento em Educação Física. Email: alexandrejunior@aluno.uniateneu.edu.br

ⁱⁱⁱ Graduação em andamento. Email: beatrizgirao@aluno.uniateneu.edu.br

^{iv} Graduado pelo Centro Universitário Ateneu e pós-graduação em andamento em UTI pela Faculdade FAVENI. Email: beneditojunior@aluno.edu.br

^v Enfermeira, Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Enfermagem Obstétrica/Saúde da Mulher pela Faculdade Santa Maria (FSM).. Email: edina.costa@professor.uniateneu.edu.br

^{vi} Graduação em Química pela Universidade Estadual do Ceará (2012), graduação em Farmácia pela Universidade de Fortaleza (2004), graduação em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (2021), graduação em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (2021), mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (2015) e doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (2021). Email: alexandre.braga@professor.uniateneu.edu.br

^{vii} Mestre em Ciências Fisiológicas (UECE, 2005), especialista em Saúde do Idoso (UECE, 2003) e Fisioterapeuta (UNIFOR, 1998). Possui experiência didática nas disciplinas de Anatomia Humana Sistêmica e Locomotora, Cinesiologia e Biomecânica e Fisioterapia aplicada à Geriatria e Gerontologia. Atua como pesquisador no estudo das doenças traumatológicas, ortopédicas e reumatológicas no processo de envelhecimento, no estudo fitoquímico e no estudo do potencial farmacológico das plantas medicinais. Aprovado em Concurso Público para Professor Assistente - Edital nº 103/2010 - Campus da UFC em Fortaleza - Departamento de Patologia e Medicina Legal. Email: evaldo.lopes@professor.uniateneu.edu.br

^{viii} Mestre em Ensino da Saúde pela Universidade Estadual do Ceará; Especialista em Treinamento Funcional e Especializado; Graduada em Educação Física Licenciatura e Bacharelado; Membro de Comissão do CREF-5. Email: cristiane.campos@professor.uniateneu.edu.br

^{ix} Fisioterapeuta. Graduada pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR, obtendo o mérito acadêmico. Especialização em Fisioterapia na UTI - da neonatologia ao adulto - UNIFOR. Especialização em Fisioterapia Respiratória - FAVENI e Mestra em Ciências Médicas - UNIFOR. Fisioterapeuta no Centro de Pneumologia e Alergia do Ceará - Núcleo do Sono. Email: juliana.montenegro@professor.uniateneu.edu.br

^x Possui graduação em Fisioterapia pela Faculdade Integrada do Ceará (2007), especialização em Nutrição e Exercício Físico pela Universidade Estadual do Ceará (2011), mestrado e doutorado em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (2015/2019 - Neuropsicofarmacologia CAPES 7). Email: tatianaqofisio@gmail.com